

PROGRAMAÇÃO 2011

Colóquio: Panorama da Pesquisa em Direito

12 e 13 de setembro de 2011

Auditório Branco – Bloco Branco – 3º andar

Sala Digital – Bloco Azul - térreo

Dia 12 de setembro

9h00 – 9h30

Recepção e café da manhã

9h30 – 12h00

Mesa de abertura - Coordenadores dos Programas Conveniados:

Alcindo Gonçalves – UNISANTOS

Anna Candida da Cunha Ferraz - UNIFIEO

Celso Antonio Pacheco Fiorillo – FMU

José Francisco Siqueira Neto – Mackenzie

Luiz Alberto David Araujo – ITE

Luiz Antonio Rizzatto Nunes – UNIMES

Mônica Herman Caggiano - USP

Oscar Vilhena Vieira – DIREITO GV

Mesa – Panorama da Pesquisa em Direito:

Vladmir de Oliveira da Silveira – Presidente do CONPEDI

14h30 – 15h30

APRESENTAÇÃO **ITE**

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA E JOÃO FÁBIO GONÇALVES

A efetividade dos direitos à saúde e à educação como garantia do mínimo existencial

RESUMO: O direito à saúde e à educação como direitos sociais e subjetivos públicos, pertencentes a um núcleo inegociável frente ao conceito de reserva do possível, constitui o foco deste artigo. Seu objetivo principal foi demonstrar a relação de pertinência desses direitos a um “mínimo existencial”, demandando do Estado garantir esses direitos como forma de preservação da dignidade humana. Conclui-se que, embora haja a existência da limitação econômica dos recursos públicos, a importância que representa a garantia de efetividade dos

direitos à saúde e à educação, tanto para o indivíduo como também para toda a sociedade, há necessidade de superar os argumentos falaciosos de insuficiência de recursos, que na verdade mascaram a priorização de outros interesses em detrimento até mesmo do mínimo existencial dos direitos sociais.

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. O Mínimo Existencial – 3. O Direito Prestacional à Saúde 3.1 Conceito de saúde e sua efetivação 3.2 Mínimo existencial inegociável em saúde 3.3 Entendimento dos tribunais superiores – saúde – 4. O direito prestacional à educação 4.1 Conceito de educação e sua efetivação 4.2 Mínimo existencial inegociável em educação 4.3 Entendimento dos tribunais superiores – educação - 5 Conclusão - 6 Bibliografia.

ELVIS DONIZETI VOLTOLIN

Os operadores do direito com deficiência e a acessibilidade ao conteúdo dos atos processuais

RESUMO: O propósito deste artigo é o de abordar a acessibilidade do profissional do direito com deficiência ao conteúdo dos atos processuais, tida como um direito estabelecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como as técnicas e tutelas processuais destinadas a assegurá-lo. Para alcançar esse objetivo, define-se como pessoa com deficiência a que se mostra privada de acessibilidade diante da situação que lhe é colocada, inclusive quanto à acessibilidade ao conteúdo dos atos processuais. Nesse viés, a promoção da acessibilidade se coloca como um instrumento de inclusão da pessoa com deficiência, seja a do profissional do direito com deficiência, seja a do jurisdicionado com deficiência.

SUMÁRIO: 1. A preocupação com o direito à acessibilidade – 2. Definição de pessoa com deficiência – 3. Acessibilidade ao conteúdo dos atos processuais – 4. Hierarquia dos tratados e convencionalidade – 5. Tutela processual da acessibilidade – Referências.

ANTONIO FERNANDO COSTA PIRES FILHO
Arbitragem e Administração Pública.

RESUMO: A intensidade da vida moderna gera inúmeras situações que requerem rapidez e eficiência. A arbitragem é solução viável para controvérsias envolvendo particulares e Poder Público, porque relativizamos o monopólio da Justiça Estatal em busca de solução técnica e célere, homenageando a consensualidade das partes. Nem todo direito público é indisponível. Quando a Administração contrata em pé de igualdade com o particular está colocando em jogo direitos patrimoniais, perfeitamente discutíveis na seara da arbitragem. A doutrina e jurisprudência vêm neste passo.

SUMÁRIO: Introdução - 2. Arbitragem e agências reguladoras 2.1 solução de conflitos e contratos de concessão 2.2 agência reguladora somente enquanto terceira interessada em processos arbitrais entre particulares (concessionários) - 3. Arbitragem nas concessões 3.1 previsões de cláusula arbitral em legislação específica de concessões 3.1.1 energia elétrica 3.1.2 petróleo e gás 3.1.3 telecomunicações 3.1.4 transportes terrestres e marítimos - A necessidade de previsão da arbitragem no edital de licitação das concessões 4.1 e se os contratos de concessão forem contratos de adesão? 4.2 arbitragem “ad hoc” nas concessões 4.3 cabe arbitragem por equidade nos litígios envolvendo concessões? 4.4 qual a lei substantiva e processual aplicável nas soluções arbitrais em contratos de concessões? 4.5 interesse de terceiros no litígio entre concessionária e administração pública - 5. Conclusões – Referências.

MARISA APARECIDA GUEDES
Sigilo de Correspondência.

RESUMO: O sigilo e a inviolabilidade de correspondência encontram respaldo no artigo 5º, XII da Constituição Federal, trata-se de garantias fundamentadas na honra, privacidade e intimidade do cidadão, resguardando até mesmo face aos desmandos do Estado, muitos são os países que asseguram esta garantia. no Brasil não se trata de uma garantia absoluta, podendo ser mitigada, dependendo do caso concreto, veremos neste estudo não apenas o sigilo de correspondência, mas os crimes que o envolvem assim como a polêmica gerada face ao e-mail

corporativo e comercial, assim como a responsabilidade da empresa com relação aos atos de seus funcionários.

SUMÁRIO: 1.Introdução. 2. Contexto Histórico. 3. Da inviolabilidade do sigilo de correspondência. 4. Dos Crimes Sobre a Inviolabilidade de Correspondência. 5. E-mail Corporativo. 6. Exceções a Inviolabilidade do Sigilo de Correspondência. 7. Conclusão. 8. Bibliografia.

IRENE KIM

Sociedade Internacional e Direito Humanitário

RESUMO: O Direito de Assistência Humanitária é produto do costume internacional, que visa garantir a prestação de auxílio às vítimas das catástrofes naturais e industriais ou situações de urgência, e vem sendo utilizada como um instrumento para a concretização da solidariedade entre os seres humanos e como forma de regulamentação de comportamento na ordem internacional. A Sociedade internacional que tem provocado alterações no padrão de relacionamento de dos sujeitos nela inseridos, possui como funções facilitar a comunicação e elaboração das regras em prol do entendimento e auxílio entre os Estados.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Precedentes do Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos- o Direito Humanitário. 2. Sociedade Internacional. 3. Os Direitos Humanos na Sociedade Internacional. 4. Direitos Humanos e Direito Humanitário. 5. A Ordem Internacional de Westfalia. 6. Da Positivização do Direito Humanitário no Plano Internacional. 7. Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). 8. Direito de Assistência Humanitária. Considerações Finais

16h30 – 17h00

Café

17h00 – 18h00

APRESENTAÇÃO **USP**

ANA PAULA FULIARO

As instituições brasileiras e a Poliarquia

RESUMO: O presente trabalho visa a analisar, sob a ótica da Poliarquia de Robert Dahl, o “grau” em que se encontra a situação brasileira. Assim, valendo-se dos oitos critérios determinados por Dahl, busca-se identificar semelhanças e dissidências em face das instituições brasileiras.

SUMÁRIO: 1) Introdução; 2) Liberdade de formar e aderir a organizações; 3) Liberdade de expressão; 4) Direito de voto; 5) Elegibilidade para cargos públicos; 6) Direito de líderes políticos disputarem apoio (e votos); 7) Fontes alternativas de informação; 8) Eleições livres e idôneas; 9) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência; 10) Vetores: inclusividade e oposição; 11) Conclusões; 12) Bibliografia

LEONARDO PASSINATO E SILVA

A noção espacial de ordem e os fundamentos das idéias jurídicas indoeuropéias

RESUMO: As línguas indo-européias, entre as quais se inserem o latim e o grego, principais idiomas de nossa cultura jurídica e filosófica, carecem de uma raiz comum que designe as instituições jurídicas. Contudo, é recorrente na literatura desses idiomas termos que remetem à noção cósmica de construção e organização do espaço, assumindo crescente valoração jurídica. O presente artigo pretende apresentar indícios desta evolução semântica.

MÁRCIA ARAÚJO SABINO DE FREITAS

Neurodireito: as implicações jurídicas das descobertas da neurociência

SUMÁRIO: 1. Introdução - 2. Surgimento e desenvolvimento do neurodireito - 3. Possíveis aplicações da neurociência nos tribunais 3.1 Neuroimagens funcionais 3.2 Neuroprofissionais como peritos ou testemunhas 3.3 Formação e fixação das memórias pelo cérebro - 4. Bases neurais dos juízos morais: subsiste a noção de livre-arbítrio? - 5.

Interações cérebro-máquina - Considerações finais.

Dia 13 de setembro

9h00 – 10h00

Apresentação Universidade Presbiteriana Mackenzie

10h00 – 11h00

APRESENTAÇÃO **UNIMES**

JOSÉ CARLOS LOUREIRO DA SILVA

A publicidade de serviços médicos e suas repercussões no direito do consumidor

RESUMO: Tão grande a sua relevância na sociedade de consumo que constituiu a publicidade objeto de preocupação do legislador constituinte, encontrando-se também normatizada pelo CDC. Certos profissionais, como os médicos, pelas peculiaridades do trabalho que exercem, têm restrições legais e éticas quanto à divulgação dos seus serviços. A publicidade elaborada pelos referidos fornecedores constituiu nossa preocupação no desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO: Introdução – 1. Publicidade: características gerais - 2. Publicidade: histórico – 3. Enfoque constitucional da publicidade – 4. O sistema brasileiro de controle da publicidade, o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária e o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) - 5. A publicidade médica – Conclusão – Anexos - Referências Bibliográficas

DAISY RAFAELA DA SILVA

Dignidade humana na sociedade líquida: aspectos jusfilosóficos

RESUMO: O presente estudo analisa a dignidade humana na sociedade líquida. Com base nas obras de Zigmunt Bauman, fez-se o estudo das teorias que delinearão a sociedade pós-moderna e as mudanças paradigmáticas. Apresentamos o perfil da pessoa-indivíduo na sociedade do hiperconsumo bem como o papel do Estado na promoção da dignidade humana. Por fim, tratou-se da dignidade do pobre na sociedade líquida e apresentou-se como o Poder Judiciário tem tratado das questões que envolve a pobreza nesta sociedade de excesso.

SUMÁRIO: Introdução - 1. A modernidade líquida: mudanças paradigmáticas - 2. A vida líquida na sociedade pós-moderna - 3. Efeitos colaterais do consumo na sociedade pós-moderna: a dignidade dos pobres na sociedade de consumidores - Considerações finais – Referências.

PATRICIA GONZAGA CESAR

O consumo sustentável na base da pirâmide

RESUMO: Base da pirâmide é um conceito proposto por C. K. Prahalad e se refere às camadas menos favorecidas da população. No Brasil, este mercado consumidor tem um potencial enorme e propomos neste artigo que os produtos dedicados a este público já nasçam ecologicamente sustentáveis. A educação ambiental aliada a oferta de produtos que preservem o meio ambiente com preços competitivos pode tornar esta proposta viável e atrativa. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que revelou exemplos concretos de resultados positivos para o consumo sustentável aplicado diretamente na base da pirâmide.

SUMÁRIO: Introdução - 1. Direito Ambiental Constitucional e Consumo Sustentável - 2. A Base da pirâmide e a divisão de classes sociais 2.1 Por que investir na base da pirâmide - 2.2 Ascensão social X consumismo - 3. Instrumentos de consumo sustentável 3.1 Educação ambiental 3.2 Produtos ecológicos - Considerações finais - Referências bibliográficas.

11h00 – 11h30

Café

11h30 – 12h30

APRESENTAÇÃO **DIREITO GV**

14h30 – 15h30

APRESENTAÇÃO **UNISANTOS**

RAZIEL HAIN CALVET DE MAGALHÃES

Bioma Amazônia: Análise Crítica dos Aspectos Ecológicos, Culturais, Econômicos e Jurídicos

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar criticamente os aspectos ecológicos, culturais, os impactos antrópicos e a tutela jurídica nacional e internacional relacionada ao bioma Amazônia. A Amazônia abrange 95% das florestas tropicais do Brasil, cuja rica biodiversidade traz grande potencial econômico. Ademais, a floresta Amazônica contribui para o equilíbrio do clima e no fornecimento de oxigênio. Assim, é de máxima importância refletir sobre o grau de preservação do bioma e a utilização de sua biodiversidade. Entre as conclusões alcançadas, argumenta-se que o mínimo aproveitamento da biodiversidade e o alto nível de desmatamento decorrem da visão retrógrada de muitos que ainda vêem a floresta Amazônica como um obstáculo ao desenvolvimento.

SUMÁRIO: Introdução – 1. Aspectos Ecológicos - 2. Impactos Antrópicos - 3. Tutela Jurídica 3.1 Internacional 3.2 Nacional - Conclusão - Bibliografia

LUIS FERNANDO ZAMBRANO

Queima da Cana-de-Açúcar. Competência Municipal. Evolução da Jurisprudência do TJSP

RESUMO: A proposta deste artigo é estudar a competência legislativa municipal em relação à

atividade de despalha da cana-de-açúcar através da queima controlada, analisando-se principalmente a evolução do tema junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Também serão comentadas duas importantes decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal, as quais avocaram a matéria em tela e deixaram exposta, por conseqüência, a transformação que as lides ambientais estão provocando no cenário jurídico. Assim, evidente que o presente estudo já se configura, por si só, em um nítido exemplo da moderna evolução que ora atinge o Direito, de onde começam e emergir as chamadas garantias metaindividuais, ou de terceira geração, que possuem como objeto a tutela dos direitos de massa, mormente indivisíveis e indeterminados. Ver-se-á ainda, mesmo que brevemente, os efeitos que determinadas decisões do Colegiado paulista provocaram, mesmo que indiretamente, tanto no setor sucroalcooleiro como também na política ambiental do Estado, o que claramente demonstra o atual grau de relevância na busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

SUMÁRIO: Introdução – 1. Legislação estadual sobre a queima da palha da cana-de-açúcar – 2. Competência legislativa dos Municípios em matéria ambiental – 3. Evolução do tema perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Conclusão - Referências bibliográficas.

RODRIGO VERAS PANDELÓ

Governança Global: Virtudes, Lacunas e Possíveis Soluções

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar o quadro atual do processo de Governança Global, trazendo um panorama atual acerca do tema. Trar-se-á, também, para fins de melhor compreensão, algumas definições sobre institutos que compõem a Governança. Além disso, serão avaliados os pontos positivos e negativos que rodeiam o assunto, demonstrando sua importância no panorama global hodierno e as dificuldades enfrentadas pelas Organizações não Governamentais Internacionais (ONGIs), maiores representantes da sociedade civil internacional, no decurso do procedimento. Por fim, trataremos de demonstrar as possíveis soluções para resolver os

percalços que envolvem este honrável instituto do Direito Internacional.

SUMÁRIO: Introdução – 1. As ONGIs como Sujeitos de Direito Internacional – 2. A Legitimidade da Sociedade Civil Internacional no Processo de Governança – Conclusão – Referências.

15h30 – 16h30

APRESENTAÇÃO **UniFIEO**

DENISE DE PAULA ANDRADE

Análise da colisão de direitos fundamentais: o direito à intimidade e o direito à identidade genética e a inseminação artificial heteróloga

RESUMO: O presente trabalho apresenta reflexões acerca da colisão entre o direito à intimidade do doador de material genético, e o direito ao conhecimento da identidade genética pelo ser humano concebido através da técnica de reprodução assistida denominada inseminação artificial heteróloga, ou seja, técnica de concepção com a utilização de material genético de outrem obtido através da doação.

SUMÁRIO: 1 Introdução; 2 Reprodução Humana Assistida; 2.1 Inseminação ou fecundação artificial heteróloga; 3 O direito à intimidade; 4 O direito à ascendência genética; 5 A solução da colisão entre os direitos fundamentais na inseminação artificial heteróloga; Conclusão; Referências Bibliográficas.

VANESSA DE CASTRO ROSA

Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: o médico e o monstro no Direito Internacional contemporâneo

RESUMO: No livro de Robert Louis Stevenson, “The strange case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde”, traduzido no Brasil, como “O médico e o monstro”, o respeitável médico, Dr. Jeckyll, pressupondo que o homem não é apenas um, mas dois, pesquisa a possibilidade de se separar o bem e o mal do ser humano, através de experiências científicas, o fato foge a seu controle e as personalidades entram em disputa. Parafraçando a

referida obra literaria, o Estado atua como o ente humano, composto pela dualidade, sendo os Direitos Humanos, a face do bem e o Terrorismo de Estado, a face do mal. A disputa entre a dualidade é latente, ora o Estado age na elaboração de tratados internacionais de Direitos Humanos e na construção do Sistema Internacional de Proteção da Pessoa Humana, ora age na imposição de uma política imperialista totalitária pautada no terror. Todavia, ninguém assume a face má e doentia do Estado, a escolha é pela face boa, porém, tal como Dr. Jeckyll, falta empenho ao Estado para mantê-la, em detrimento da maldade e do terror.

SUMÁRIO: Introdução. 1 O papel do Estado na estruturação dos Direitos Humanos: a face de Dr. Jekyll. 1.1 Evolução histórico-filosófica. 1.2 Os desafios à implementação. 1.3 O papel dos Direitos Humanos no direito internacional contemporâneo. 2 Terrorismo de Estado: a face de Mr. Hyde. 2.1 Evolução histórico-filosófica. 2.2 O maniqueísmo imperialista. 2.3 O impacto do terrorismo de Estado no direito internacional contemporâneo. 3 O conflito entre os frutos de uma experiência histórica. 3.1 O choque entre Direitos Humanos e Terrorismo de Estado. 3.2 “Escolhi a melhor parte de mim, mas não tinha forças para mantê-la”. Conclusão. Referências bibliográficas.

VALDIR DOS SANTOS PIO

As colisões de Direitos Fundamentais e a atuação do Poder Judiciário brasileiro na solução de casos concretos

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise das colisões de direitos fundamentais, dos critérios válidos de solução dos conflitos, e das possibilidades de controle quanto à justificação racional destas decisões nos casos concretos, considerando a teoria da “lei de colisão” de Robert Alexy, desenvolvida em sua obra Teoria dos Direitos Fundamentais, bem como algumas decisões do Supremo Tribunal Federal em direito tributário.

SUMÁRIO: Resumo. Introdução. 1. Breves apontamentos sobre a evolução histórica dos direitos fundamentais. 2. Aspectos históricos e atuais sobre a positivação dos direitos fundamentais. 3. As colisões de direitos fundamentais. 4. A atuação do Poder Judiciário brasileiro nas colisões de direitos fundamentais Conclusões. Bibliografia.

16h30 – 17h00

Encerramento